

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO
FEDERAL**

Unidade de Compensação Ambiental e Florestal

ATA**TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022**

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se em ambiente virtual por meio do aplicativo *Google Meet* os membros: THÚLIO CUNHA MORAES, na condição de Presidente da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal do Distrito Federal (CCAF/DF), ALISSON SANTOS NEVES, representando a Superintendência de Licenciamento Ambiental (SULAM/IBRAM); DAVID DO LAGO FERREIRA, representando a Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento Ambiental (SUFAM/IBRAM), na condição de Titular; RICARDO RORIZ, representando a Superintendência de Administração Geral (SUAG/IBRAM), na condição de Titular; REJANE PIERATTI, representando a Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água (SUCON/IBRAM), na condição de Titular; SUZZIE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA VALLADARES, representando a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF), na condição de Suplente; CARLOS BERNARDO TAVARES BOMTEMPO, representando o Conselho Gestor de Unidades de Conservação do Distrito Federal, na condição de Suplente; PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO, representando a Universidade de Brasília (UnB), na condição de Titular; REUBER ALBUQUERQUE BRANDÃO, representando a Universidade de Brasília (UnB), na condição de Suplente; representando a NOVACAP, na condição de convidados, DIANA VERONEZ, ISABELE SENA, PATRÍCIA BUENO, GABRIELA SEKEFF e CONSTÂNCIA ALVES DE MACEDO; na condição de convidados, representando a DIPUC, DANIELLE VIEIRA LOPES, representando a DIRUC-II, MARCELA VERSIANI VENÂNCIO PIRES, representando a DICON, também na condição de convidados, JANAINA EMANUELLE MENDES DE OLIVEIRA STARLING e WEBERT OLIVEIRA FERREIRA; WILLIAN ALVES DO NASCIMENTO e LEO HENRIQUE PEREIRA, estes últimos na função de Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal (SECCAF), para dar início aos trabalhos da Terceira Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal - CCAF de 2022, que teve por pauta os seguintes temas: Item I. Destinação de recursos de compensação florestal; Unidade de Conservação beneficiada: diversas UCs; Processo de compensação: SEI-GDF nº 00391-00021315/2017-54; Atividade licenciada: supressão de vegetação para atividade de mineração; Valor Total da Compensação: R\$ 776.509,72; Valor Total da Proposta: R\$ 735.377,89; Ação proposta: aplicação em ações em benefício do Projeto Reconexão Cerrado. Item II. Destinação de recursos de compensação ambiental; Unidade de Conservação beneficiada: APAs dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado; Processo de compensação: SEI-GDF nº 0391-002378/2016; Atividade licenciada: Parcelamento de solo Jardim Botânico Etapa III; Valor Total da Compensação: R\$ 4.688.335,70; Valor Total da Proposta: R\$ 1.500.000,00; Ação proposta: Revisão dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental das Bacias dos Ribeirões do Gama e Cabeça de Veado. Item III. Destinação de recursos de compensação ambiental; Unidade de Conservação beneficiada: diversas UCs; Processo de compensação: SEI-GDF nº 0391-001099/2011; Atividade licenciada: Condomínio Reserva Parque Clube; Valor Total da Compensação: R\$ 826.044,74; Valor Total da Proposta: R\$ 246.370,35; Ação proposta: contratação de Plano de Manutenção para UCs. Item IV. Destinação de recursos de compensação ambiental e florestal; Unidade de Conservação beneficiada: diversas UCs; Processo de compensação: SEI-GDF nº 00391-00008445/2019-63; Atividade licenciada: Ponte JK; Valor Total da Compensação: R\$ 4.583.187,29; Valor Total da Proposta:

R\$ 4.583.187,29; Ação proposta: abatimento dos custos dos serviços já executados pela NOVACAP em UCs entre 2017 e 2019 dos recursos de compensação ambiental e florestal devidos pelo empreendimento Ponte JK. Item V. Informes gerais. Conferido o *quorum*, foi dado início aos trabalhos pelo Presidente Substituto da CCAF, o Senhor Alisson Santos, saudando aos presentes e passando a palavra ao senhor Willian Alves, chefe da UCAF, para que este procedesse à leitura da pauta e à apresentação das informações introdutórias. Após a leitura da pauta, passou-se à análise e discussão do seu primeiro item, que consistiu na análise e discussão da proposta de aplicação dos recursos de compensação florestal oriundos da supressão de vegetação para atividade de mineração, de interesse da Cimento Planalto S.A. (CIPLAN), com vistas à aplicação no Projeto Reconexão Cerrado, em benefício de diversas Unidades de Conservação. A Senhora Janaina Starling iniciou a apresentação do tema, informando que foi apontado na reunião anterior da CCAF que havia pendências de detalhamento do memorial descritivo do projeto, que já havia sido apresentado na reunião anterior da CCAF e que foi realizada a opção de se apresentar mais detalhadamente a proposta na presente reunião. Informou que a proposta é de que se venha a executar ações de preservação e conservação nas UCs. E que as mudas a serem produzidas sejam destinadas na implantação das UCs. Informou que, dentre as ações propostas, está a de se implementar sistema agroflorestal nas UCs. Que será apresentado um detalhamento das metas do projeto e a questão orçamentária como um todo. Que deverão ser produzidas e instaladas placas de sinalização de espécimens arbóreas nas UCs. Que atualmente estão sendo contempladas 8 (oito) UCs que já possuem viveiros. Que deverá ser implementado um viveiro modelo no Parque de Águas Claras. Que os parques do Riacho fundo, Veredinha e Areal deverão ter a infraestrutura dos viveiros reformada com vistas à melhoria da sua funcionalidade. Que deverão, conforme já informado, ser identificadas diversas espécies de arbóreas existentes nas UCs a serem contempladas por meio da confecção e instalação de placas medindo 20x25cm. Que deverão ser também implementados jardins de plantas medicinais nas UCs a serem beneficiadas. Que deverão ser tomadas ações de fortalecimento do voluntariado por meio do fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) para o bom exercício das atividades dos voluntários. Que deverão ser tomadas ações de capacitação a agentes de UCs presencialmente nos parques e por meio virtual. O Senhor Reuber Brandão apresentou o questionamento de se um sistema voltado para a produção de bens não seria uma forma de agricultura. Que, na sua opinião, não deveriam ser implementados sistemas de agricultura sintrópica no interior de UCs. Informou que a Lei do SDUC, no art. 18, determina que a recuperação ambiental seja realizada com espécimens nativas e que este não considera que tal norma estaria sendo observada no caso da implantação do sistema agroflorestal da forma proposta. Informou que possui diversas críticas ambientais e levantou a dúvida no sentido de se as ações propostas consistiriam em real recuperação ambiental das UCs a serem contempladas. O Senhor Carlos Bomtempo manifestou que há uma previsão no Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC), que determina que sejam protegidas espécimens exóticas, o que não seria legítimo. Que, da mesma forma, quando se instala um Sistema Agroflorestal (SAF) no interior de Unidades de Conservação (UCs), uma ação como essa não traria benefício ao meio ambiente. A Senhora Rejane Pieratti afirmou que acreditava que a proposta seja de que a agrofloresta, no caso, seria implementada somente com espécimens nativas e que, desde já, se isso for uma inovação muito grande, que essa ação poderia ser suprimida. Em resposta aos questionamentos do Senhor Reuber Brandão, o Senhor Webert Ferreira afirmou que espaços totalmente degradados são sítios em que a vegetação ainda não tenha se recuperado. Que desde o início da proposta, a ideia seria se utilizar espécimens nativas. O Senhor Reuber Brandão informou então, que a premissa é de que o cerrado é composto de diversas fitofisionomias e, quando se implementa uma agrofloresta, não se observa tais premissas. Que o SAF geralmente é utilizado para exploração econômica. Que a lógica da agrofloresta não é idônea para recuperação de áreas degradadas. Que, na sua opinião, a proposta em questão põe em risco um grande patrimônio biológico que é o cerrado, pois se trataria do exercício de práticas agrícolas no interior de UCs. A Senhora Rejane Pieratti, em resposta ao Senhor Reuber Brandão, informou que o presente projeto foi inicialmente concebido com o objetivo de atrair a comunidade para o interior das UCs, por isso foram previstas ações como a de implantação de uma agrofloresta. Afirmou que, se tais ações forem uma inovação muito grande, que as mesmas podem ser retiradas. Na sequência, foi dado prosseguimento à votação da proposta. O Senhor Pedro Zuchi votou favoravelmente à proposta, com a condição da retirada das ações de implantação de sistema agroflorestal e com ressalvas relativamente à perfuração de poços artesianos no interior das UCs e sugerindo a implantação de sistemas como o de aproveitamento de águas pluviais. O Senhor Carlos Bomtempo acompanhou na

Íntegra o voto da UnB. Os demais membros votaram favoravelmente à aprovação da proposta, com a ressalva da retirada das ações de implantação de agrofloresta no interior das UCs a serem contempladas. Foi na sequência aprovada por unanimidade dos membros presentes a proposta de aplicação de recursos de compensação ambiental florestal oriundos da supressão de vegetação para atividade de mineração, de interesse da Cimento Planalto S.A. (CIPLAN), com vistas à aplicação no Projeto Reconexão Cerrado, em benefício de diversas Unidades de Conservação, com a ressalva da retirada das ações de implantação de agrofloresta no interior das UCs a serem contempladas e com a sugestão de utilização de sistema de reaproveitamento de água em detrimento da perfuração de poços artesianos para a utilização nos viveiros. Em seguida, passou-se à análise e discussão do item II da pauta, que consistiu na análise da proposta de aplicação de recursos de compensação ambiental, oriundos da implantação do empreendimento denominado Parcelamento de solo Jardim Botânico Etapa III, de interesse da TERRACAP, com vistas à aplicação na revisão dos Planos de Manejo (PDMs) das APAs das bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. A Senhora Danielle Vieira Lopes iniciou a apresentação da proposta, informando que a mesma foi elaborada em conjunto pela DIRUC-II e a DIPUC, que o objetivo principal da proposta é conduzir o processo de revisão do PDM da APA Gama Cabeça de Veado. Que a APA é um dos grandes remanescentes do cerrado no Distrito Federal, que engloba diversas outras UCs. Que o PDM atual data do ano de 2004 e que a revisão se dá, dentre outros fatores, por conta de uma ação civil pública em que o DF é réu e foi condenado a promover a revegetação de áreas de zona de vida silvestre da APA e que há ocupantes em tais zonas e que há a necessidade de separar as diversas ocupações das áreas, discriminando quais são legítimas e quais não o são, razões pelas quais é justificável tal revisão do PDM. Que deverá ser fomentada a participação da comunidade na revisão do PDM em questão. A Senhora Marcela Versiani informou que foi criado um grupo de trabalho no IBRAM e foi confeccionado um relatório e apresentado o mesmo para o MP e para a Vara do Meio Ambiente. Que foi traçado um plano de ação envolvendo todo o GDF para a o início do processo de revisão do PDM e que foram elencadas ações necessárias e que foi levantada a necessidade de se traçar a especificidade em relação aos mapeamentos da APA e que foi iniciado o processo de reativação do conselho da APA, foram buscadas quais foram as associações que fizeram parte do conselho gestor e que a intenção é que se venha a reativar o conselho ainda neste semestre e que é necessária a atuação de todos os atores envolvidos, principalmente os atuantes na confecção do PDM original. O Senhor Carlos Bomtempo afirmou que é favorável à confecção de planos de manejo, desde que os mesmos sejam efetivamente implantados. O Senhor Reuber Brandão questionou se o IBRAM irá utilizar o roteiro metodológico do ICMBio para a confecção do PDM. A Senhora Danielle Vieira Lopes, em resposta ao questionamento levantado, informou esta questão será objeto de discussão nas reuniões do conselho gestor de UCs. O Senhor Carlos Bomtempo propôs que o IBRAM venha a formular o próprio roteiro metodológico, o que seria mais adequado ao invés de utilizar o roteiro do ICMBio. O Senhor Pedro Zuchi questionou se será realizada a revisão do PDM em se considerando a situação fática existente na área, com condomínios invadindo, pressões de grileiros, águas pluviais sendo atiradas em córregos sem o devido cuidado e causando o assoreamento dos mesmos etc e afirmou que rever o PDM no caso é abrir uma brecha para mudar posicionamentos de forma equivocada. Que, de acordo a proposta em questão, a ideia seria se rever a finalidade da área e que a real finalidade da área em questão deveria ser a preservação ambiental. Foi na sequência a proposta submetida à votação. O Senhor Pedro Zuchi votou contrário à revisão do PDM da forma proposta. O Senhor Carlos Bomtempo votou contra considerando que não há definição de como será realizado o PDM. Ponderou que o TR já deveria ser sito elaborado. A representante da SEMA se absteve de votar, também pelo fato de que não foi ainda elaborado o TR para a revisão dos PDM. Os demais membros presentes votaram favoravelmente à proposta. Consequentemente, foi aprovada por maioria dos presentes a proposta de aplicação de recursos de compensação para a revisão dos PDM das APAs das Bacias dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado. O Senhor Thúlio Moraes assumiu a condução da reunião. Passou-se à análise e discussão do item III da pauta, que consistiu na análise e discussão da proposta de aplicação dos recursos de compensação ambiental, oriundos da implantação do empreendimento denominado Condomínio Reserva Parque Clube, de interesse da Direcional Engenharia S.A., com vistas à aplicação em benefício de diversas Unidades de Conservação. O Senhor Ricardo Roriz informou que é de fundamental importância que se tenha um plano de manutenção das UCs, com ações e procedimentos que atendam os manuais elaborados e que a realização das manutenções periódicas tem como finalidade garantir a vida útil e o desempenho dos equipamentos e edificações das UCs. O Senhor Pedro Zuchi afirmou que é a favor da

elaboração de planos de manutenção preventiva e corretiva. No entanto, por outro lado, é contrário à utilização de recursos de compensação ambiental para a realização de tais feitos, manifestando-se a favor de que estas ações deveriam ser realizadas com recursos orçamentários. O Senhor Carlos Bomtempo afirmou que a retirada cada vez maior de recursos orçamentários é uma realidade em todo o país. Que é contra a forma como foram eleitas as UCs da forma que foi apresentado, considerando que foram escolhidas as unidades denominadas do grupo Alpha, que já possuem uma infraestrutura implantada, enquanto que há outras UCs que se encontram em situação precária e que necessitam mais do emprego de recursos de compensação e implantação de infraestrutura. Que o Parque da Asa Sul, por exemplo, não possui sequer um conjunto de banheiros implantados. Que tal UC encontra-se em situação precária e que é urgente a aplicação de recursos para o parque em questão. O Senhor Ricardo Roriz afirmou que tem sido utilizados recursos orçamentários de grande monta para a manutenção das UCs, que tem sido acionados diversos meios orçamentários. Que o IBRAM se tornou referência no DF em termos de estoque de materiais para manutenção e pequenas obras, materiais como cimento, tinta, espátula, canos, fiação etc. Que, por meio dos colaboradores da FUNAP, foram realizadas diversas revitalizações em variadas UCs. Que a proposta não seria de se contratar a aquisição de materiais de construção e reforma para se realizar a manutenção nas UCs. Que a ideia é de se contratar empresa especializada para que as manutenções a serem realizadas futuramente nas UCs se deem de forma mais planejada e organizada. Que a lista de UCs a serem beneficiadas pelos recursos da presente proposta não é uma lista fechada e que, poderá ser inserido o Parque da Asa Sul como unidade a ser beneficiada com a aplicação dos recursos relacionados à presente proposta. A Senhora Rejane Pieratti afirmou de maneira complementar que, no que diz respeito ao Parque da Asa Sul, foi também aprovada recentemente uma força tarefa para construir um conjunto de banheiros, guarita e parque de diversões. Passou-se à votação do item III da pauta, que consistiu na análise e discussão da proposta de aplicação dos recursos de compensação ambiental, oriundos da implantação do empreendimento denominado Condomínio Reserva Parque Clube, de interesse da Direcional Engenharia S.A., com vistas à aplicação na contratação do plano de manutenção em benefício de diversas Unidades de Conservação. O representante da UnB votou contra a aprovação da proposta. Os demais membros votaram favoravelmente. A proposta foi então aprovada por maioria dos membros presentes. Passou-se à análise e discussão do Item IV da pauta, que consistiu na análise e discussão dos recursos de compensação ambiental oriundos da implantação do empreendimento denominado Ponte JK, de interesse da NOVACAP, com vistas à aplicação em benefício de diversas Unidades de Conservação. O Senhor Thúlio Moraes informou que precisava se ausentar da reunião, considerando que tinha outro compromisso inadiável e o Senhor Alisson Santos assumiu a condução da reunião como Presidente Substituto. A Senhora Diana Veronez passou a apresentar a proposta. Informou que os processos que trataram da construção da Ponte JK tiveram uma complexa tramitação e que o processo inicial de licenciamento estava em meio físico e que o mesmo foi iniciado no âmbito do IBAMA e que, posteriormente, a competência para tratar do presente licenciamento passou para o IBRAM. Que o presente licenciamento foi, também, objeto de 2 (duas) ações civis públicas. Que, por conta da necessidade de regularização do licenciamento da Ponte JK, foi necessária a confecção de um Termo de Compromisso Ambiental. Informou também que foram realizadas diversas reuniões, envolvendo o IBRAM, a Novacap, a Casa Civil, o TJDF e o Ministério Público do DF. Que, após todas as reuniões realizadas, optou-se, afinal, por firmar o TCA no ano de 2019. Que, de acordo com 2 (duas) cláusulas principais, a Cláusula Quarta e a Cláusula Quinta, que tratam das compensações ambiental e florestal, a Novacap elaborou a proposta de abatimento dos custos de compensação ambiental e florestal que no momento está sendo apresentada à CCAF/DF. Que foi realizado o levantamento dos anos dos serviços prestados pela Novacap, considerando os anos pretéritos a 2019, chegou-se à conclusão de que, se fossem consideradas datas anteriores ao ano de 2017, o montante a ser abatido ultrapassaria os valores de compensação ambiental e florestal devidos pela implantação da Ponte JK, razão pela qual foram objeto de abatimento apenas os serviços prestados em parte do ano de 2017, no ano de 2018 e 2019. O Senhor Carlos Bomtempo afirmou que, em seu ponto de vista, o Estado executou um serviço que era de sua obrigação, como realizar a poda das árvores no interior de UCs e, após diversos anos de realização de tais serviços, achou-se por bem abater tais serviços de montantes devidos de compensação ambiental e florestal. Que, pelo que se aparenta, estaria se intencionando desvirtuar o conceito do que poderia ser levado a efeito como compensação ambiental e florestal. O Senhor Pedro Zuchi afirmou que concorda amplamente com o afirmado pelo Senhor Carlos Bomtempo, até mesmo em se considerando que muitos dos parques do Distrito Federal são de fato parques urbanos e que foram transformados em

Unidades de Conservação com o objetivo de serem aptos a receberem recursos de compensação. Que, em uma UC de fato, uma árvore que cai, o tronco da mesma não é retirado e sistemas como fungos e bactérias se encarregam de degradar naturalmente tais organismos, ao contrário dos serviços de poda que foram executados pela Novacap em UCs do DF. Que a proposta de abatimento de recursos não traz benefício real para o meio ambiente e abre um precedente temerário. A Senhora Rejane Pieratti afirmou que, de agora em diante, não deverão mais serem abatidos valores de compensação ambiental ou florestal de débitos da Novacap. Iniciada a votação, o representante da UNB votou contra a proposta. O representante dos conselhos gestores acompanhou o voto da UnB. A representante da SEMA se absteve de votar. Por conseguinte, a proposta foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Por fim, foram iniciados os informes gerais. O Senhor Willian Alves solicitou a colaboração dos membros para que venham a assinar as ATAs das reuniões pretéritas, em especial os membros externos, os que não possuam cadastro no sistema SEI-GDF, que venham a proceder ao cadastro com vistas a assinar os documentos relativos às reuniões da CCAF. O Senhor Pedro Zuchi reiterou a solicitação apresentada anteriormente em reuniões pretéritas de formação de comissão para a emissão de uma lista de espécies ameaçadas de extinção. O Senhor Alisson Neves afirmou que a falta de recursos não foi impedimento para a não confecção da lista em questão. Que a não emissão, até o presente momento, no que se diz respeito ao plano de manejo para as espécies exóticas invasoras, o processo já tramitou, mas é necessário se definir a metodologia a ser utilizada e a estimativa dos valores a serem empregados para posterior apresentação da proposta à CCAF. Que o ICMBio foi consultado sobre tal questão e que ocorreram diversas discussões com aquele órgão ambiental acerca do tema ora em análise. Que, além da contratação, deverá ocorrer um acompanhamento da confecção dos documentos. O Senhor Thúlio Moraes solicitou que fosse encaminhado o processo referente a este assunto para consulta da UnB, na pessoa do Professor Pedro Zuchi. O Senhor Reuber Brandão informou que, quando se trata de espécies invasoras, se trata de uma política diferente das espécies ameaçadas e que os dois temas deveriam ser cada um tratado de forma diferenciada. O Senhor Pedro Zuchi informou que a UnB já encaminhou as indicações dos professores para compor a comissão para tratar de tal tema. Nada mais foi dito nem discutido e eu, Leo Henrique Pereira, servidor lotado na UCAF e, portanto, membro da Secretaria Executiva da CCAF, conforme Instrução IBRAM nº 330, de 30 de agosto de 2018, redigi a presente Ata, que, lida e aprovada, segue assinada pelos membros que participaram da Terceira Reunião Ordinária da CCAF de 2022, além dos representantes da Secretaria Executiva da CCAF que dela participaram.

THÚLIO CUNHA MORAES

Presidente

ALISSON DOS SANTOS NEVESSuperintendência de Licenciamento Ambiental
(SULAM)**REJANE PIERATTI**Superintendência de Gestão de Unidades de
Conservação (SUCON)**DAVID DO LAGO FERREIRA**Superintendência de Fiscalização, Auditoria e
Monitoramento (SUFAM)**RICARDO RORIZ**

Superintendência de Administração Geral (SUAG)

PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO

Universidade de Brasília (UnB)

REUBER ALBUQUERQUE BRANDÃO

Universidade de Brasília (UnB)

CARLOS BERNARDO TAVARES BOMTEMPO**SUZIE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA VALLADARES**

WILLIAN ALVES DO NASCIMENTO**LEO HENRIQUE PEREIRA**

Secretaria Executiva da CCAF (SECCAF) – Membro

Secretaria Executiva da CCAF (SECCAF) – Membro



Documento assinado eletronicamente por **REJANE PIERATTI - Matr.1689912-5, Superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água**, em 21/09/2022, às 11:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THULIO CUNHA MORAES - Matr.0263918-1, Secretário(a) Executivo(a) do Brasília Ambiental**, em 21/09/2022, às 17:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Reuber Albuquerque Brandão, Usuário Externo**, em 22/09/2022, às 09:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO RORIZ - Matr.0183972-1, Superintendente de Administração Geral**, em 22/09/2022, às 17:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Zuchi da Conceição, Usuário Externo**, em 27/09/2022, às 15:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=91644367)
verificador= **91644367** código CRC= **2CACA081**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF

